...continuação

	Saldo em 31/12/2014	Ajuste contrato de gestão em 01/01/2014 (a)	Valores recebidos / repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Saldo em 31/12/2015
Contrato de Gestão (09/2013)	-	2.906.504	13.354.251	76.916	289.563	(13.328.555)	3.298.679
	-	2.906.504	13.354.251	76.916	289.563	(13.328.555)	3.298.679
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado	-	(1.562.428)	-	-	-	(148.781)	(1.711.209)
Projetos a executar	-	1.344.076	-	-	-	-	1.587.470

(a) Conforme mencionado na nota explicativa 2f., a Associação, a partir do exercício de 2014, alterou a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado, passando a seguir as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo. · **Valores recebidos/captados -** referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados. · **Rendimentos financeiros -** referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (Vide Nota Explicativa nº 3.b **-** práticas contábeis). · **Consumo -** referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados. Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2015 foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 15/04/2015, em 16/07/2015 e 15/10/2015, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2016. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. **Contrato de Gestão -** O Contrato de Gestão nº 09/2013 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas. O atual Contrato de Gestão foi assinado em 27/12/2013 com vigência de 01/01/2014 até 30/06/2018. O valor total do contrato é de R$ 72.536.175. Por meio do 2º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30/07/2015, o seu valor global ajustado para R$ 69.976.667, com expectativa de repasses anuais de:

Em 2014	15.109.468
Em 2015	(a) 10.681.024
Em 2016	16.335.000
Em 2017	17.968.500
Em 2018	9.882.675
	69.976.668

(a) Ao longo do exercício de 2015 a Secretaria repassou um valor menor sendo R$ 9.831.613. A diferença do valor estipulado em contrato e o valor efetivo do repasse, será objeto de repasse em 2016, caso não seja efetuado em sua totalidade, a Entidade terá um novo aditamento de contrato.

8. Salários, férias e encargos sociais

	2015	2014
Provisão de férias	516.262	464.771
INSS a recolher	247.176	237.393
IRRF a recolher	74.593	67.661
FGTS a recolher	41.262	37.136
PIS a recolher	11.619	10.975
Outros	-	67
	890.912	818.003

9. Provisão para contingências: A Associação não é parte (pólo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2015, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Em 31/12/2015 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R$ 150.000, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3(i). **11. Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

12. Receitas operacionais

	2015	2014
Contrato de gestão	11.741.048	12.957.762
Receita com prestação de serviços		
- Paula Souza (nota 5)	900.000	-
Rendimento de aplicações financeiras	401.312	288.503
Trabalho voluntário	150.000	-
Outros	170.863	82.290
	13.363.223	13.328.555

13. Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários	3.718.788	3.521.948
Encargos sociais	1.665.320	1.637.121
Benefícios	1.143.698	1.143.132
Férias	463.769	408.890
Serviços de autonomos	345.396	403.941
Décimo terceiro salário	337.141	312.149
Outros	99.301	83.847
	7.773.413	7.511.028

14. Despesas com prestadores de serviços

	2015	2014
Artistas convidados	1.285.273	1.381.823
Vigilância e segurança	304.485	257.018
Limpeza e higiene	291.829	201.019
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	158.031	198.718
Informática	130.389	117.240
Outros	78.073	129.497
	2.248.080	2.285.315

15. Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Bolsas auxílio	822.284	918.694
Aluguel	691.665	682.894
Manutenção	283.709	151.970
Água, luz, internet e telefone	187.428	215.127
Doações de ingressos SP Escola	85.265	70.025
Intercâmbios e viagens	79.122	172.914
Materiais para aula e cursos	63.601	461.326
Despesas com transportes	59.488	118.606
Filmagens e produções	55.600	57.800
Material com itens de consumo	43.792	69.100
Despesas com eventos	2.000	63.419
Outros	249.190	220.109
	2.623.144	3.201.984

16. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo -** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos" -** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 **-** Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: · **Nível 1 -** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; · **Nível 2 -** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); · **Nível 3 -** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/2015, a Associação está sujeita aos fatores de: ***Risco de liquidez*** **-** Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. ***Risco de mercado*** **-** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI **-** certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **17. Avais, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2015 e 2014. **18. Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014: · IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica). · CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). · ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza). · COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

Ivam Cabral - Diretor Presidente

Fernando Amorim Vieira - Contador – CRC 1SP244135/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça -** São Paulo **-** SP. Examinamos as demonstrações financeiras da ADAAP **-** Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras -** A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva -** Conforme mencionado na nota explicativa 2f, durante o exercício de 2014, a Associação corrigiu um erro no resultado do exercício referente a exercícios anteriores associado ao reconhecimento das subvenções e assistências governamentais, seguindo as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício de 2014 foi de R$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de "Projetos a executar" no montante de R$ 1.344.076 e "Obrigações com o Estado - Imobilizado" no montante de R$ 1.562.428 no passivo. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não estão apresentadas seguindo as práticas contábeis brasileiras e, consequentemente, divergem, em sua apresentação, das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **Opinião com ressalva -** Em nossa opinião, exceto pelo assunto referente a comparabilidade dos valores correspondentes ao exercício de 2014, descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADAAP **-** Associação dos Artistas Amigos da Praça em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Assurance Services Ltda. - CRC 2SP023228/O-4

Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador CRC 1SP290557/O-2

CONTRATO DE GESTÃO - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS

Contratante: Secretaria do Estado da Cultura. **Contratada:** Associação dos Artistas Amigos da Praça. **Entidade Gerenciada:** Associação dos Artistas Amigos da Praça. **CNPJ:** 11.416.041/0001-80. **Endereço/CEP:** Praça Franklin Roosevelt, 222 - conjunto 601 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01303-020. **Responsável (is) pela Organização Social:** Ivam Cabral. Objeto do Contrato de Gestão: Fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural em conformidade com Anexo I do Programa de trabalho e Prestação de Serviços.

EXERCICIO: 2015

Documento	Data	Vigência	Valor - R$
Contrato de Gestão nº 09/2013	27/12/2013	03 anos e 04 meses	13.500.000,00
1ª Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 09/2013	08/09/2014	03 anos e 04 meses	1.609.467,58

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONIVEIS NO EXERCICIO

Data Prevista Para o Repasse	Valores Previstos: R$	Data do Repasse	Número do Docto De Credito	Valor Repassados (R$)
20/1/2015	3.712.500,00	27/1/2015	201.501.260.009.431	3.712.500,00
09/02/2015	-	-	201.502.060.022.278	151.242,42
25/04/2015	3.712.500,00	27/4/2015	201.504.240.032.668	3.024.489,00
25/07/2015	3.712.500,00	11/8/2015	201.508.100.032.073	2.700.382,00
10/10/2015	3.712.500,00	11/12/2015	201.512.110.015.218	243.000,00

(A) Saldo do Exercicio Anterior	2.670.469,79
(B) Repasses Publicos no Exercicio	9.831.613,42
(C Receitas com Aplicações Financeira dos Repasses Publicos	401.312,01
(D) Outras Receitas Decorrentes da Execução do Ajuste	9.355,18
(E) Total de Recursos Publicos (A+B+C+D)	12.912.750,40
(F) Recursos Próprios da Organização Não Governamental	111.508,26
(G) Total de Recursos Disponiveis no Exercicio (E+F)	13.024.258,66

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da **Associação dos Artistas Amigos da Praça.** Vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercicio de 2015 bem como as despesas a pagar no exercicio seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

Categoria ou Finalidade da Despesa	Despesas Contabilizadas Neste Exercício (R$)	Despesas Contabilizadas em Exercícios Anteriores e Pagas Neste Exercício (R$) (H)	Despesas Contabilizadas Neste Exercício e Pagas Neste Exercício (R$) (I)	Contabilizadas Neste Exercício a Pagar em Exercícios Seguintes (R$)
1. Recursos Humanos				
1.1 Salário + Encargos+ Beneficios	7.486.696,01	842.081,40	6.545.142,00	**941.554,01**
1.2 - Autonomos e Pessoa Juridica	1.758.280,15		1.758.280,15	
2. Medicamentos	476,54	-	476,54	-
3. Generos Alimenticios	9.887,65	-	9.887,65	-
4. Outros Materiais de Consumo	35.308,15	-	35.308,15	-
5. Outros Serviços de Terceiros	1.194.265,81	-	1.194.265,81	-
6. Locação de imóveis	666.445,19	-	666.445,19	-
7. Locação diversas	25.220,20	-	25.220,20	-
8. Utilidades Publicas	187.428,30	-	187.428,30	-
9. Combustivel				
10. Bens e Materiais Permanentes				
11.Obras				
12. Despesas Financeiras e Bancárias	10.337,80	-	10.337,80	-
13. Outras Despesas	**1.348.791,02**	**373.703,05**	**1.232.560,10**	**116.230,92**
13.1 Outras Despesas aréa fim	1.158.876,57	373.703,05	1.042.645,65	116.230,92
13.2 Outras Despesas área meio	168.002,45	-	168.002,45	-
13.3 Aquisições de bens permanentes	21.912,00	-	21.912,00	-
Total de Depesas	**12.723.136,82**	**1.215.784,45**	**11.665.351,89**	**1.057.784,93**

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO

(G) Total de Recursos Disponivel no Exercício	13.024.258,66
(J) Despesas Pagas no Exercicio (H+I)	12.881.136,34
(K) Recurso Público Não Aplicado (E - (J-F)	143.122,32
(L) Valor Devolvido ao Orgão Publico	-
(M) Valor Autorizado Para Aplicação No Exercicio Seguinte (K-L)	143.122,32

Declaramos na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as pelas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme Plano de Trabalho aprovado. Proposto pelo Órgão Publico Contratante.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Conselho de Administração:
Lauro César Muniz **(Presidente do Conselho)**
Leandro Knopfholz **(Vice-Presidente)**
Aderbal Freire Filho
Cleomara De Paris Regozo
Contardo Luigi Calligaris
Maria Ângela Coelho da Fonseca
Rachel Macedo Rocha
Reynaldo Carvalho Marchezini
Samuel Eduardo Leon
Sergio Cordeiro Campanelli

Diretoria
Ivam Cabral **- Diretor Executivo**
Fernando Amorim Vieira **- Diretor Administrativo Financeiro**
Ivan Szoboszlay **-** CRC 1SP 204074/O**-1**

Conselho Fiscal
Mauricio Antonio Ribeiro Lopez (Presidente)
Maristela Mafei
Vicente R. Freitas

QUADRO DE METAS - CURSOS REGULARES

Nº	Ação	Indicador de Resultados		Previsão Trimestral	Realizado
4.1	Atuação	Carga Horária	1º Trimestre	480 horas	465
			2º Trimestre	480 horas	536
			3º Trimestre	480 horas	456
			4º Trimestre	480 horas	560
			META ANUAL	1.920 horas	2.017
			ICM%	100%	105,05%
		Número de Matriculados	1º Trimestre	50	51
			2º Trimestre	50	50
			3º Trimestre	50	52
			4º Trimestre	50	53
			META ANUAL	50 aprendizes *	51,5
			ICM%	100%	103%
4.1	Cenografia e Figurino	Carga Horária	1º Trimestre	480 horas	465
			2º Trimestre	480 horas	536
			3º Trimestre	480 horas	456
			4º Trimestre	480 horas	560
			META ANUAL	1.920 horas	2.017
			ICM%	100%	105,05%
		Número de Matriculados	1º Trimestre	50	50
			2º Trimestre	50	50
			3º Trimestre	50	52
			4º Trimestre	50	54
			META ANUAL	50 aprendizes *	51,5
			ICM%	100%	103%

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO · GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo · documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016 às 03:50:19.